

O crime e a execução da pena

Silvio Marques Neto*

O estudo do crime, pela sua complexidade, deve ser feito sob a ótica não só do Direito Penal, Processual Penal e da execução da pena, mas também da Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, Antropologia e espiritualidade ou religião. É preciso conhecer o homem, no caso o criminoso, em toda a sua complexidade e interações com o meio em que vive.

Enganam-se aqueles que em gabinetes ou plenários de debates de casas legislativas acham que bastaria aumentar uma pena para solucionar o problema. Pior quando querem resolver a questão da impunidade com reformas penais. Qualquer aluno de primeiro ano de Direito sabe que são coisas diferentes e, logo, a solução não está aí.

Sem um correto diagnóstico jamais chegaremos à solução do problema. Não digo solução definitiva, mas possível, porque onde está o homem está o crime, o que pode ser percebido pela simples leitura dos primeiros capítulos do Gênesis.

A dose da pena deve ser adequada à qualidade e quantidade do dano causado e à repercussão no meio social. Ela não tem relação direta e matemática com a possibilidade e período de recuperação. Se não há dano, nem repercussão social, não há por que classificar o fato como criminoso. Logo, todo crime é hediondo, uns mais, outros menos, mas todos são hediondos.

A primeira consequência do estabelecimento de um fato como sendo criminoso, com a respectiva pena, é a prevenção geral. Acontece que a prevenção geral não é levada a sério quando não ocorre a especial. A prevenção especial, embora tecnicamente só se exteriorize com a imposição da pena, para efeito moral começa já com as providências na fase do inquérito. É nesse momento que se torna importante a chamada *tolerância zero*. É a medida processual adequada tomada de imediato para que a sociedade possa sentir a presença do Estado, a reprovação da sociedade

e a existência e efetividade da lei. Manter flagrantes e decretar preventivas são medidas saudáveis sob esse ângulo.

Nesse passo deveria falar sobre o mal que causam as distorções na legislação sob o aspecto dos crimes afiançáveis, o excesso de recursos e o efeito suspensivo. Mas o tema aqui é a execução da pena. Se não conheço o homem, criminoso, e suas motivações, não tenho como impedir que enverede para o crime, nem como recuperá-lo.

Para ser breve, lembro apenas um conceito do Psiquiatra e Professor de Medicina Legal Odon Ramos Maranhão sobre a causa da criminalidade: "a causa do crime é a falta de amor paterno na fase da formação da personalidade" (palestra gravada na abertura da Semana de Criminologia na Faculdade de Direito da Univap em São José dos Campos). Em seguida comentou e explicou que o amor é o de pai e mãe como núcleo familiar. Quanto à fase de formação da personalidade disse que vai da vida intra-uterina até mais ou menos dez anos de idade. Em seguida vem muita informação, mas a formação básica está feita.

Depois de explicar que chegou a essa conclusão examinando milhares de presos do sistema prisional de São Paulo, onde era psiquiatra, concluía que se a causa da criminalidade era a falta de amor, não seria na casa do ódio que o criminoso iria se recuperar e por isso acreditava no método APAC.

O jornalista Percival de Souza, reconhecido pela sua competência em matéria criminal, depois de participar durante três dias de um curso da APAC para os presos da Penitenciária do Estado no Carandiru, onde tivemos que comer e dormir, escreveu sobre o tema uma reportagem de duas páginas no *Jornal da Tarde*. Nessa matéria disse que "a APAC não é uma solução, é a solução".

APAC é Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Começou como um trabalho de voluntários, leigos cristãos, na cadeia de São José dos Campos em novembro de 1972. Em 1973, tive um encontro com seu líder que estudava na Faculdade de Direito local. A partir daí passamos a tratar do estudo

*Desembargador do TJSP, fundador da APAC e ex-conselheiro da PFL.

e do estabelecimento de um método. Como se verificou, foi criada para assessorar o juiz das execuções. Por essa razão, não faz proselitismo e não fica invocando direitos humanos para criticar quem quer que seja. Ela busca apenas resolver os problemas.

No tocante à alegada impunidade, nos inquéritos e processos sempre adotei o sistema que anos depois veio a ser conhecido como *tolerância zero*. Em consequência a cadeia ficava mais cheia, mas o ambiente interno não podia ser deletério. Com a presença dos voluntários e um método de valorização humana, com o tempo esses problemas foram sendo resolvidos. As rebeliões desapareceram. As fugas foram reduzidas a menos de 10%. A reincidência caiu para 12%.

No começo dos anos 80, preocupados com a fragilidade do prédio e a superpopulação as polícias civil e militar resolveram abandonar a administração e a guarda da cadeia e prédios anexos dos regimes semi-aberto e aberto, entregando a responsabilidade ao Juiz Corregedor de então. Este confiou tudo à administração da APAC. Foi um avanço enorme e não previsto, mas que mostrou a perfeita possibilidade da solução do sistema penitenciário com uma PPP – parceria público privada. Hoje são diversos estabelecimentos estruturados da mesma forma, inclusive fora do Brasil.

Quando instituído o “Método APAC”, não existia a Lei das Execuções Penais. Todo o sistema era regulado por provimento do Juiz das Execuções e Corregedoria de Presídios da Comarca. Comparando-se os provimentos com a Lei, esta foi um retrocesso. O Ministério da Justiça já conhecia a APAC e a considerava um modelo e laboratório e quando elaborada a Lei 6.416, a parte relativa à execução da pena foi extraída dos referidos provimentos. Por essa razão esperava-se coisa melhor.

O Código Penal, em razão da complexidade do ser humano, como acima referido, é sábio ao determinar que a pena deva ser individualizada. Essa individualização não pode limitar-se ao estudo e fixação da qualidade e quantidade da pena, devendo estar presente também na fase da sua execução. O criminoso deve ser considerado e tratado como um doente social acometido pelo vírus da violência. Nem todos vão reagir da mesma maneira ao tratamento prescrito na sentença. Para uns o mínimo de seis anos do art. 121 pode ser muito, mas para outros o máximo de trinta pode ser pouco. Não estou falando da repercussão e comoção

públicas, mas do remédio para recuperar e reintegrar. Até as regras para a progressão e regressão de regime devem atender a esse princípio e não ao tempo já cumprido como parâmetro objetivo.

Por mais cuidadoso e competente que o juiz seja não há como medir e pesar o caráter e a consciência do ser humano, daí a dificuldade de atribuir a pena na exata medida da necessidade do infrator. A experiência demonstrou nos presídios atendidos pela APAC que os piores criminosos, os mais empedernidos, eram os que mais relutavam em reconhecer os erros e pretender mudar de vida. Em geral se julgam irrecuperáveis e não vêm benefício em mudar de vida. Até por uma questão de *status* no meio criminoso e penitenciário dizem que bandido não tem jeito. No entanto, quando resolvem mudar, fazem-no de pronto e para sempre. Por isso a conclusão, na linguagem da prisão, de que é melhor trabalhar com uma *cobra criada*, um *bandido de responsa*, do que um *pé de chinelo*.

Outro aspecto muito importante diz respeito àquilo que a APAC chama de *benefícios*. Isso está intimamente ligado ao cumprimento da pena como meio de recuperação e reintegração social.

Ao ser condenado o réu perde, ou tem limitado seu *status libertatis*. No caso da reclusão, a perda é total. Se ele perdeu essa garantia, perdeu tudo que dela decorre, por exemplo, o direito de comunicar-se livremente com quem quer que seja fora do estabelecimento prisional, ou o de receber visitas sem ser no parlatório especialmente construído e designado com sistema próprio de vigilância, ou assistir televisão, passar o Natal em casa etc.

No “Método APAC”, aquilo que muitas vezes a Lei de Execuções fala em direito, não passa de um benefício, benefício esse que é parte essencial do “Método”, por exemplo, a progressão de regime. O principal é que tais benefícios não são concedidos, e não podem ser alcançados, pelo simples decurso de prazo. Cada preso deve conquistar o direito de sair no Natal, de ver televisão, de receber visita íntima, de estudar fora, de progredir no regime etc. As regras são claras e específicas, mas o preso é sempre obrigado a mostrar merecimento. Independente da avaliação psicológica, psiquiátrica quando necessário, existem as avaliações comportamentais quase que diárias feitas pelos voluntários. Nas regras existem pontuações de mérito e de demérito para diversos tipos de comportamento

considerados indicativos de progressão no caminho da recuperação.

Convém destacar que muitas vezes os voluntários são advogados, assistentes sociais, psicólogos, professores, mas não exercitam tais funções se estão, como a maioria dos voluntários, atuando como simples “padrinhos”. É importante a diferenciação entre o psicólogo que atua profissionalmente, daquele que é apenas um “padrinho”. “Padrinho” é o voluntário, base do “Método APAC”, que se responsabiliza por determinado preso, aí chamado “reeducando”, como se fora seu próprio pai.

As regras contidas no chamado “Método APAC”, ou sistema, e sua aplicação por meio dos voluntários “padrinhos” é que fazem a diferença daquilo que é encontrado nos demais estabelecimentos, exclusivamente do Estado, privatizados ou em parceria. Na conceituada London University me foi dito que essa é a única maneira de se aplicar as lições de John Howard.

A recuperação é imediata quando o preso, pela convivência com o “padrinho”, se conscientiza de que a sociedade não o rejeitou para sempre, apenas o quer recuperado para voltar e viver em harmonia.

O “padrinho” também é a ponte entre o recuperando e a família. Embora o Código Penal diga que a pena não pode passar da pessoa do criminoso, isso não acontece na prática. É aí que o “padrinho” também atua na ajuda e promoção da família, evitando que novos criminosos surjam aí. Terminada a pena, o “padrinho” colabora na efetiva reintegração do preso junto à família, seu grupo social e atividade profissional, seguindo sua vida obrigatoriamente por pelo menos seis meses.

O sucesso desse método no Brasil foi levado à ONU pelo nosso Ministério da Justiça. Houve então um contato com a recém-criada PFI – *Prison Fellowship International*, órgão consultivo, grau II da ONU. Desde então o “Método APAC” passou a ser levado aos mais diferentes países, quase toda a América, do Canadá ao Chile, e os mais distantes como Rússia, Coreia, Alemanha, Suécia, Austrália, Nova Zelândia entre outros. Deste último, em contrapartida, recebemos a cultura aborígene da *justiça restaurativa*. Na época da associação das duas entidades o Presidente Internacional era um Ministro da Suprema Corte, aborígene de nascimento e que pregava o sistema. No Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça inicia as primeiras experiências nessa área.

Na realidade, naquilo que chamam de *sistema penitenciário*, não se conhece um sistema ou método de recuperação e reintegração. Por essa razão o Brasil chama a atenção dos outros países com o “Método APAC”. Quando o então Governador George W. Bush autorizou a criação de um novo estabelecimento ao lado da Penitenciária de Jester, em Houston, que foi chamado de “Jester II” – “APAC replication”, necessitou de uma pesquisa independente para assegurar-se dos bons resultados do método aqui no Brasil. Foi contratada a Universidade de Vanderbilt, de Nashville, no Tennessee. Veio a São José dos Campos e Bragança Paulista o Professor Byron Johnson que, depois do levantamento dos dados nas duas APAC, efetuou uma conferência desses elementos nas secretarias de Segurança e Administração Penitenciária. Confirmou-se a redução da reincidência para menos de 15%, embora houvesse incluído como reincidência os vários crimes cometidos antes da primeira condenação e cumprimento da pena.

Em São Paulo, por razões políticas o “Método APAC” praticamente deixou de ser aplicado. No entanto, em Minas Gerais seu desenvolvimento foi de tal ordem que é hoje o centro de referência mundial.

Entre as dezenas de comarcas onde o “Método” foi implantado pela equipe de São José dos Campos, destacou-se Itaúna, perto de Belo Horizonte. Graças ao apoio e trabalho dedicado e incansável do seu Juiz Paulo Antônio de Carvalho e do Bel. Valdeci Ferreira, que durante vários anos estagiou em São José dos Campos, a APAC de Itaúna tornou-se o modelo e a escola de treinamento para autoridades e voluntários do Brasil e demais países.

Por volta de 2001 o então Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Gudestev Biber oficializou o “Método” por Resolução daquela Corte. Posteriormente, ao iniciar seu primeiro mandato o Governador Aécio Neves promulgou lei no mesmo sentido. Hoje, aquilo que ficou sendo denominado Projeto Novos Rumos na Execução Penal, atinge todo o Estado, que foi dividido em regiões. Desde o início é dirigido pelo Desembargador Joaquim Alves de Andrade.

Pode-se dizer que existe no Brasil um *sistema penitenciário* se considerado como tal os diversos tipos de presídios fechados e semi-abertos. Entretanto, de método para a recuperação e reintegração de presos não se tem conhecimento, fora oficinas e ensino bá-

sico. Ainda há o equívoco de, em alguns casos, com boa intenção, criarem um estabelecimento externo entregue a alguma entidade, quase sempre de igreja ou clube de serviço, destinado ou a regime aberto, ou a simples recolocação do preso na sociedade. Nesses casos o egresso é inteiramente desconhecido e recebido sem nenhum preparo, ao contrário do que acontece no "Método APAC".

Por essas razões é recomendável que todo aquele que esteja envolvido ou se interesse pela área, faça uma visita e um estudo sobre o *Projeto Novos Rumos na Execução Penal* do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Solução existe.